



## A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL-CAMPUS BENTO GONÇALVES

Daniele Gomes, Cintia Paese Giacomello

### RESUMO

Historicamente, a educação superior brasileira enfrentou desafios de acesso e permanência. Políticas inclusivas têm transformado o ensino superior no Brasil, diversificando o perfil dos estudantes. Nesse sentido, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) constitui um marco ao buscar democratizar a permanência, reduzir desigualdades e promover inclusão social. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), a Política de Assistência Estudantil inclui um programa de benefícios destinado a apoiar estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas indicam que a assistência estudantil influencia positivamente a permanência e a conclusão dos estudos no ensino superior. Contudo, há poucos estudos que examinam longitudinalmente o impacto do PNAES na permanência e no êxito, por meio de indicadores como perfil e desempenho acadêmico nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS). Este estudo teve como objetivo analisar a influência do PNAES na permanência e no êxito dos estudantes do IFRS-Campus Bento Gonçalves. A pesquisa, de abordagem quantitativa, acompanhou o percurso dos estudantes entre 2014 e 2024, considerando variáveis socioeconômicas, demográficas, acadêmicas e o recebimento de auxílio estudantil. Considerando o conjunto geral dos estudantes analisados, os resultados evidenciaram que os perfis mais associados à evasão corresponderam a estudantes com ingresso após os 26 anos, do gênero masculino, autodeclarados pretos e pardos, pertencentes a famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo, matriculados em cursos de Licenciatura em Física, Tecnologia em Horticultura e Tecnologia em Alimentos, com frequência inferior a 40% e coeficiente de rendimento abaixo de 4,0. A partir disso, conclui-se que os estudantes beneficiários do programa de auxílios estudantis apresentaram 55% mais chances de permanecer e concluir seus cursos em comparação aos não contemplados.

**Palavras-chave:** assistência estudantil, ensino superior, evasão, permanência

### 1 INTRODUÇÃO

A educação superior ocupa posição central nas estratégias de desenvolvimento social e econômico ao possibilitar mobilidade social e formação de capital humano qualificado (Silva; Sampaio, 2022; Véliz Palomino; Ortega, 2023). Nas últimas décadas, políticas públicas inclusivas transformaram o ensino superior no Brasil ampliando o acesso e diversificando o perfil estudantil em aspectos sociais, econômicos, culturais e acadêmicos (Fior *et al.*, 2022; Silva; Sampaio, 2022). Contudo, a socialização do acesso não resolveu os desafios de permanência do estudante no ensino superior. Como consequência, as instituições convivem com taxas significativas de desempenho acadêmico insatisfatório e no abandono estudantil (Fior *et al.*, 2022; Silva; Sampaio, 2022).

A evasão, entendida como a interrupção definitiva ou temporária do percurso acadêmico antes da diplomação, persiste como um dos principais entraves para a efetividade das políticas de



democratização do ensino superior (Nierotka *et al.*, 2023; Silva; Sampaio, 2022).

Os fatores associados à evasão são múltiplos, abrangendo aspectos demográficos, condições socioeconômicas, acadêmicas e institucionais. Nessa perspectiva, a permanência do estudante em sua trajetória acadêmica envolve condições adequadas de acompanhamento, acesso a apoio pedagógico, oportunidades de integração acadêmica e social, além de políticas de assistência que favoreçam a equidade para a conclusão do curso (Fior *et al.*, 2022; Silva; Sampaio, 2022; Nierotka *et al.*, 2023).

Dessa forma, com o objetivo de apoiar a permanência estudantil no ensino superior brasileiro, a administração federal instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como finalidade reduzir desigualdades sociais e minimizar os índices de evasão por meio de apoio financeiro e pedagógico (Brasil, [2025]a; Brasil, [2025]b).

No contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ofertam cursos em diferentes níveis e modalidades, incluindo graduações tecnológicas, licenciaturas, bacharelados e programas de pós-graduação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) assume papel estratégico na promoção da democratização do ensino superior público, assegurando que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições de permanência nos cursos (Brasil, [2025]c; Brasil, [2025]a; Brasil, [2025]b).

Diante disso, o presente estudo apresenta os resultados de uma investigação longitudinal que acompanhou, no recorte de dez anos, a influência do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência e no êxito acadêmico dos estudantes de cursos superiores presenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-Campus Bento Gonçalves. Ademais, a análise permitiu identificar a relação entre variáveis sociodemográficas, socioeconômicas e acadêmicas associadas aos índices de evasão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 EVASÃO: CONCEITOS E CAUSAS

A literatura demonstra que a evasão no ensino superior é um fenômeno global. A preocupação com o fracasso e a desistência dos estudantes universitários é compartilhada por todas as nações devido aos ônus pessoais, sociais e econômicos que acarretam (Silva; Sampaio, 2022; Véliz Palomino; Ortega, 2023).

Dessa forma, a persistência no âmbito do ensino superior é caracterizada pelas circunstâncias em que os discentes avançam até a conclusão do programa educacional, alcançando a qualificação para a qual foram admitidos inicialmente (Addison; Williams, 2023; Fior *et al.*, 2022; Silva; Sampaio, 2022; Véliz Palomino; Ortega, 2023). Por sua vez, a compreensão do fenômeno de evasão é complexo e está associado à transição entre instituições e/ou programas acadêmicos, ou à desistência da trajetória profissional, da universidade ou do ensino superior (Coimbra *et al.*, 2021).

Entre os referenciais clássicos sobre evasão, destaca-se Tinto (1975), que aborda a integração acadêmica e social como fatores principais para a permanência dos estudantes; Bean (1980), que propõe um modelo baseado em teorias organizacionais e de psicologia do trabalho e Cabrera *et al.* (1992), que integraram o compromisso institucional, as interações sociais, a integração acadêmica e as expectativas financeiras como determinantes na decisão dos alunos de continuar ou abandonar seus estudos.

Em uma abordagem contemporânea, Behr *et al.* (2020) concebem a evasão como um fenômeno multidimensional, de natureza processual, influenciado por fatores institucionais e



individuais, distinguindo-a de retenção e persistência, que correspondem à continuidade e diplomação. Na mesma direção, Véliz Palomino e Ortega (2023) argumentam que a motivação e resiliência desempenham papel central na escolha de permanecer ou sair do ensino superior.

Um pressuposto comum entre os estudos dedicados a esse fenômeno é que a evasão é resultado de um processo, sendo apenas o desfecho final de uma série de fatores cujos efeitos se iniciam muito antes da decisão do estudante de abandonar o curso e/ou a instituição (Nierotka *et al.*, 2023).

No Brasil, as pesquisas sobre evasão no ensino superior são marcadas pela elaboração e divulgação do Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESU). Esse relatório definiu a evasão como a saída definitiva do curso de origem sem a conclusão e consolidou o fenômeno como um problema de gestão universitária e de políticas públicas, destacando a necessidade de monitoramento contínuo e de ações preventivas (Brasil, 1997).

A partir dessa perspectiva, Coimbra *et al.* (2021) e Pinheiro *et al.* (2023) apontam que a evasão deve ser compreendida também como reflexo de desigualdades sociais, sendo impactada por fatores socioeconômicos, acadêmicos e institucionais.

Sob essa ótica, inúmeros são os fatores associados à evasão, que abrangem aspectos individuais (como idade, gênero, cor/raça, saúde, motivação e histórico escolar), fatores econômicos (renda, bolsas de estudo e inserção no mercado de trabalho), dimensões acadêmicas (notas, desempenho e frequência), condições institucionais (estrutura curricular, qualidade da docência e disponibilidade de serviços de apoio) e, ainda, influências externas (pressões econômicas, demandas do mercado de trabalho e responsabilidades familiares) (Cislaghi, 2008; Brasil, 2014; Barroso *et al.*, 2022).

Diante disso, a permanência passa a ser entendida como a capacidade institucional de manter o estudante em condições de progredir até a conclusão do curso. Segundo Santos (2020), o êxito no ensino superior envolve não apenas a integralização curricular, mas a criação de oportunidades para o desenvolvimento de competências acadêmicas e sociais, sendo caracterizado pela diplomação e pela aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória universitária.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA

Para tentar amenizar o problema da evasão, políticas educacionais de permanência no ensino superior passaram a ser adotadas em diversos países. Tais ações não se limitam em atender à população pertencente a estratos econômicos menos privilegiados, mas incluem minorias raciais, diversidade de gêneros e idade (Heringer, 2022; Hoyt, 2023; Qi; Ma; Ji, 2022; Silva; Sampaio, 2022).

Nos Estados Unidos, o sistema de auxílio financeiro é baseado em bolsas e empréstimos controlados pelo formulário *Free Application for Federal Student Aid* (Heringer, 2020; Hoyt, 2023). Na China, o governo opera múltiplos mecanismos de apoio, como bolsas-trabalho, subsídios alimentares e gratuidade universitária (Qi; Ma; Ji, 2022). Modelos semelhantes são observados em países europeus, a exemplo da Alemanha e da Noruega, que oferecem bolsas e empréstimos com juros reduzidos (Askim, 2022; HRK, 2022). Na América Latina, a Argentina oferece bolsas e programas de alimentação (Morduchowicz, 2019), enquanto a Colômbia implementa iniciativas como “Generación E” e “Más Colombiano Que Nunca”, que articulam bolsas, subsídios e linhas de crédito educativo para ampliar o acesso e garantir a permanência de estudantes, sobretudo os de





baixa renda e oriundos de zonas rurais (Guzmán Rincón; Barragán, 2022).

No Brasil, além do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni), voltados ao setor privado (Brasil, [2025]e; Brasil, [2025]d), destaca-se, no âmbito das instituições públicas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído em 2010 e recentemente convertido em política de Estado pela Lei nº 14.914/2024, tem como propósito reduzir desigualdades sociais e assegurar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, disponibiliza auxílios em múltiplas dimensões da vida acadêmica, como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, além de iniciativas específicas para quilombolas, indígenas e estudantes estrangeiros (Brasil, [2025]a; Brasil, [2025]b).

Nesse sentido, diversos estudos em diferentes contextos têm se dedicado a investigar a relação entre políticas públicas de assistência estudantil e a permanência no ensino superior. Pesquisas recentes indicam que a assistência estudantil exerce contribuição significativa na redução da evasão e no aumento das taxas de conclusão, ainda que sua efetividade varie em função do perfil dos estudantes e da forma como é implementada pelas instituições (Nierotka *et al.*, 2023; Silva; Sampaio, 2022).

França *et al.* (2020) evidenciam em sua pesquisa que a assistência estudantil possibilitou a redução de até 22% na evasão em um campus do Instituto Federal do Norte de Minas. De modo semelhante, Oliveira *et al.* (2024) observaram resultados positivos na Universidade Federal de Viçosa, com diminuição significativa das desistências e melhoria no desempenho acadêmico. Esses achados são corroborados por Menezes *et al.* (2023), que identificaram, na Universidade Federal de Sergipe, melhores índices de conclusão e menores taxas de cancelamento entre os alunos beneficiados.

A assistência estudantil avaliada na forma de apoio financeiro atua como fator protetivo, prolongando a permanência e contribuindo para melhores resultados acadêmicos. Segundo Flores (2022), em estudo realizado na UFRGS<sup>1</sup>, constatou que os estudantes assistidos apresentaram menores taxas de desperdício de matrícula e de reprovações, inclusive durante o período da pandemia. De forma convergente, Saccaro *et al.* (2019), ao aplicarem a análise de sobrevivência com dados do censo da educação superior de 2009 a 2014, demonstraram que os alunos contemplados com auxílio financeiro apresentaram maior permanência nos cursos, sobretudo nas áreas de Ciências, Matemática, Computação e Engenharias.

Apesar desses resultados positivos, há evidências de limitações estruturais na implementação e no alcance do programa. Lima (2023) identificou que a execução do PNAES nos Institutos Federais é marcada por desigualdades regionais e falhas de gestão, como a ausência de padronização de critérios e fragilidades no monitoramento. Essas lacunas comprometem a equidade e a efetividade da política, já que alguns campi conseguem ofertar auxílios mais amplos, enquanto outros enfrentam severas restrições. De forma complementar, Santos (2022), em estudo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, mostrou que a assistência estudantil é essencial para garantir a permanência de estudantes negros e pardos. Contudo, ressaltou que o programa ainda alcança apenas uma parcela da demanda, revelando a necessidade de ampliar sua cobertura.

As limitações do PNAES sugerem que os recursos são insuficientes frente às demandas e que seu impacto no desempenho pode ser desigual entre os cursos e perfis estudantis (Oliveira *et al.*, 2020; Lima, 2023).

Nesse cenário, a assistência estudantil se configura como política estratégica para mitigar

<sup>1</sup> UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul



desigualdades e promover a permanência, mas carece de análises mais sistemáticas e de longo prazo, capazes de subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas que assegurem equidade e êxito acadêmico no ensino superior (Lima, 2023; Nierotka *et al.*, 2023; Silva; Sampaio, 2022).

No âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a autonomia institucional prevista no Decreto nº 7.234/2010 e Lei nº 14.914/ 2024, tem resultado em diferentes formas de implementação do PNAES, o que dificulta a sistematização de seus resultados. Diante disso, torna-se fundamental investigar os impactos do programa sobre a ampliação dos índices de conclusão e na redução da evasão, de modo a assegurar maior eficiência na utilização dos recursos públicos e aproximar a política das reais necessidades dos discentes (Lima, 2023).

Assim, constata-se que, mesmo em universidades públicas e gratuitas, o acesso e a permanência no ensino superior envolvem múltiplas dimensões que conferem maior complexidade ao tema. Aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais interagem de maneira intrincada, estabelecendo barreiras que dificultam a inclusão e comprometem a equidade no sistema de educação superior (Nierotka *et al.*, 2023; Silva; Sampaio, 2022).

Diante desse panorama, torna-se evidente que o fortalecimento da assistência estudantil e seu aprimoramento contínuo são indispensáveis para a promoção da equidade e do desenvolvimento social. Nesse sentido, investigar os impactos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é fundamental para fornecer subsídios consistentes aos gestores educacionais. A produção de evidências empíricas permite orientar decisões mais assertivas sobre a alocação de recursos, a definição de prioridades e a adequação das estratégias de apoio, aproximando as políticas públicas das reais necessidades dos estudantes e contribuindo para a consolidação de um ensino superior inclusivo e socialmente justo (Silva; Sampaio, 2022; França *et al.*, 2020; Lima, 2023; Santos, 2025).

### 2.3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFRS

No Brasil, a rede federal de educação profissional e tecnológica é composta por Universidades Federais e antigas escolas técnicas federais, que, a partir da Lei nº 11.892/2008, passaram a ser denominadas Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme o artigo 2º desta lei, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, com currículos diversificados e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino. Eles fundamentam-se na integração de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas (Brasil, [2025]c). Neste cenário, a assistência estudantil é reconhecida como um direito social fundamental para assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes no ensino superior (Vasconcelos, 2010).

No IFRS, a Política de Assistência Estudantil, regulamentada pela Resolução nº 086/2013, articula-se ao PNAES e se estrutura em duas modalidades: ações universais e programas de benefícios financeiros. As ações universais abrangem serviços como apoio psicopedagógico e promoção da saúde, ofertados sem critérios de seleção, a todos os discentes. Já o programa de benefícios financeiros chamado auxílio estudantil é direcionado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com foco no fortalecimento das condições de permanência e êxito acadêmico.

O público atendido pelo PNAES é definido no Decreto nº 7.234/2010 e ampliado pela Lei nº 14.914/2024, contemplando não apenas estudantes de escola pública e de baixa renda, mas também bolsistas integrais da rede privada, beneficiários da Lei de Cotas, estudantes com deficiência, oriundos de abrigos, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e estrangeiros em situação de vulnerabilidade ou refúgio. No IFRS-Campus Bento Gonçalves, o processo seletivo é realizado por edital e inclui avaliação socioeconômica conduzida pelo Serviço Social, utilizando o



Instrumento de Pontuação do Serviço Social (IPSS) (IFRS, 2013).

Os apoios financeiros no IFRS compreendem o auxílio permanência, voltado a subsidiar despesas acadêmicas gerais, e o auxílio moradia, destinado a estudantes que precisam residir próximos ao campus. Os valores são diferenciados conforme os níveis de desigualdade social identificados (IFRS, 2013).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo empírico caracterizou-se por uma abordagem quantitativa de caráter descritivo fundamentada na análise estatística de dados institucionais. A pesquisa buscou verificar a associação entre o recebimento de auxílios da política de assistência estudantil e os desfechos acadêmicos.

A pesquisa adotou um delineamento longitudinal, abrangendo os estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais do IFRS-Campus Bento Gonçalves, com ingresso nos semestres de 2014/1 a 2014/2. A definição desse recorte temporal justifica-se pelo fato de que, em 2014, teve início a implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFRS, constituindo-se, portanto, em um marco relevante para a análise proposta.

O IFRS regulamenta suas formas de ingresso com base em legislações federais e resoluções internas, adotando dez modalidades de acesso. Essas modalidades contemplam diferentes combinações de critérios relacionados ao tipo de escola de origem, raça/cor, deficiência e renda per capita familiar, conforme o sistema de cotas nacional. São elas: C1 (ampla concorrência), C2 (PcD<sup>2</sup>+escola pública+PPI<sup>3</sup>+RFP<sup>4</sup>≤1,5SM<sup>5</sup>), C3 (PPI+escola pública+RFP≤1,5SM), C4 (PcD+escola pública+RFP≤1,5SM), C5 (escola pública+RFP≤1,5SM), C6 (PcD+escola pública+PPI), C7 (PPI+escola pública), C8 (PcD+escola pública), C9 (escola pública) e C10 (PcD). Na análise, foi considerada a cota indicada pelo estudante no momento da inscrição como referência para a reserva de vaga.

Os cursos analisados foram Bacharelado em Agronomia; Licenciaturas em Física, Letras-Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia e Pedagogia-PARFOR<sup>6</sup>; Tecnologias em Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Horticultura, Logística e Viticultura e Enologia.

Para fins desta pesquisa, foram considerados beneficiários do PNAES todos os estudantes que, no período analisado, solicitaram ao menos uma vez o auxílio estudantil.

Os dados utilizados são oriundos dos sistemas institucionais Q-Acadêmico e Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), ambos hospedados no site do IFRS-Campus Bento Gonçalves. As variáveis analisadas foram agrupadas em sociodemográficas (idade de ingresso no curso, sexo, cor/raça e distância de residência do aluno até o campus), socioeconômicas (renda familiar *per capita* e cota de ingresso) e acadêmicas (forma de ingresso, escola de origem, curso, frequência nas aulas e coeficiente de rendimento)

A análise descritiva foi realizada no software estatístico JASP (versão 0.19.3), o que possibilitou a obtenção de frequências e testes de significância para caracterizar os perfis dos discentes contemplados e não contemplados com auxílio estudantil; adicionalmente, implementou-se uma análise comparativa dos indicadores de conclusão e evasão entre beneficiários

<sup>2</sup> PcD: Pessoa com Deficiência.

<sup>3</sup> PPI: Pretos, Pardos e Indígenas.

<sup>4</sup> RFP: Renda Familiar Per Capita.

<sup>5</sup> SM: Salário Mínimo.

<sup>6</sup> PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica



e não beneficiários, a fim de mensurar o impacto dos auxílios na permanência e no desempenho acadêmico.

A associação estatística foi analisada por meio do teste do Qui-quadrado, adequado para verificar a relação entre variáveis categóricas. De forma complementar, aplicou-se a Análise de Variância (ANOVA), utilizada para identificar diferenças significativas nas médias de desempenho entre os grupos analisados. Em ambos os testes adotou-se o nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ), sendo consideradas estatisticamente relevantes as relações ou diferenças cujo valor de  $p$  se apresentou inferior a esse limite (Luiz, 2024).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo, foram analisados 3.425 estudantes com ingresso entre os anos de 2014 e 2024. A distribuição geral do corpo discente por situação de matrícula revelou que a maior parte dos alunos se encontrava na condição de evadido, o que representou 42,30% do total. Observou-se que 28,06% dos estudantes permaneceram com matrícula ativa e 11,57% com matrícula trancada, enquanto apenas 17,84% concluíram os cursos.

Os dados do Programa Nacional de Assistência Estudantil, analisados neste estudo a partir da variável referente ao recebimento ou não de auxílio estudantil, indicaram que, no período investigado, 19,94% dos estudantes foram contemplados, enquanto 80,06% não receberam o benefício. Por não estarem relacionados aos objetivos da pesquisa, oito alunos falecidos foram retirados das análises subsequentes.

### 4.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

De modo geral, verificou-se que o benefício estudantil foi predominantemente acessado por jovens, mulheres, pretos, pardos e estudantes residentes em localidades mais distantes do campus. Observou-se que, quando contemplados, esses grupos apresentaram maiores índices de conclusão e menores taxas de evasão, o que reforçou a compreensão da assistência estudantil como um mecanismo de equidade capaz de mitigar desigualdades estruturais no ensino superior. Por outro lado, a baixa cobertura em faixas etárias mais avançadas e entre determinados grupos raciais evidenciou a necessidade de ampliação do alcance da política, de modo que seus efeitos protetivos possam ser distribuídos de maneira mais homogênea. O Quadro 1 apresenta a síntese dos resultados.

Quadro 1-Síntese das Análises Descritivas das Variáveis Sociodemográficas e Influência do auxílio estudantil na evasão e conclusão em pontos percentuais (p.p.)

(continua)

Variável	Panorama Geral	Situação Sem Auxílio	Influência do Auxílio Conclusão (p.p.)	Influência do Auxílio Evasão (p.p.)
<b>Idade de ingresso</b>	Média: 26 Concluintes: 23,5 Evadidos: 26,9	<b>Conclusão:</b> até 25 anos = 33,90% acima de 26 anos < 20%  <b>Evasão:</b> até 25 anos = 66,10% acima de 26 anos > 75%	16-25 anos: +7,17 26-35 anos: +8,43 36-45 anos: +13,16 46-55 anos: + 33,89 56-65 anos: s/benef. 66-75 anos: s/benef.	16-25 anos: -5,40 26-35 anos: -12,16 36-45 anos: -15,83 46-55 anos: -29,84 56-65 anos: s/benef. 66-75 anos: s/benef.





<b>Sexo</b>	Feminino: 51,8% Masculino: 48,2%.	<b>Conclusão:</b> Feminino: 17,22% Masculino: 14,73%  <b>Evasão:</b> Feminino: 41,58% Masculino: 46,90%	Feminino: +9,5 Masculino: +9,0	Feminino: -10,6 Masculino: -5,2
-------------	--------------------------------------	---	-----------------------------------	------------------------------------

(continuação)

<b>Cor/Raça</b>	Branco 81,5% Pardos 12,3% Pretos 3,4%.	<b>Conclusão:</b> brancos 16,8%; pardos 13,1%; pretos 5,7%  <b>Evasão:</b> brancos 42,8%; pardos 49,4%; pretos 60,0%	brancos: +11,3 pardos: +3,8 pretos: +15,6	brancos: -10,8 pardos: -9,2 pretos: -17,45
<b>Distância</b>	0–20 km: 75,4% 21–50 km: 15,2% 51–200 km+: 9,5%	<b>Conclusão:</b> 0–20 km = 15,20 % 21–50 km = 21,46%; 51–200 km = 12,73% 200 km+ = 12,16%  <b>Evasão:</b> 0–20 km = 43,24%; 21–50 km = 43,63% 51–200 km = 50,91% 200 km ou + = 63,51%	0–20 km = +7,86 21–50 km = +14,33 51–200 km = +16,58 200 km ou + = +18,61	0–20 km = -8,0 21–50 km = -16,26 51–200 km = -9,53 200 km ou + = -25,05

Nota: Valores positivos indicam que o percentual foi maior entre os estudantes com auxílio e valores negativos indicam redução do percentual com o recebimento do auxílio.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise inferencial realizada com o teste do Qui-quadrado ( $X^2(5) = 70,50$ ;  $p < 0,001$ ) confirmou associação significativa entre idade de ingresso e situação de matrícula. A faixa etária de 16 a 25 anos apresentou a maior proporção de concluintes, enquanto, a partir dos 26 anos, a evasão ultrapassou 75%. De forma semelhante, Nierotka *et al.* (2023) e Saccaro *et al.* (2019) indicam maior risco de abandono do ensino superior conforme aumenta a idade de ingresso.

Essa verificação dialoga com o relatório *Education at a Glance*<sup>7</sup> edição 2025, que demonstrou que os estudantes brasileiros enfrentam maiores dificuldades de acesso e permanência no ensino superior, visto que seu ingresso tende a ocorrer de forma mais tardia em comparação aos países da OECD<sup>8</sup>. Esse atraso está relacionado tanto à elevada proporção de alunos em situação de sobre-idade no ensino básico quanto às condições socioeconômicas que limitam a continuidade dos estudos. Como consequência, somente 24% da população brasileira entre 25 e 34 anos possui

<sup>7</sup> *Education at a Glance*: publicação anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne indicadores internacionais sobre sistemas educacionais, abrangendo acesso, financiamento, desempenho e equidade.

<sup>8</sup> OECD: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo internacional que reúne países desenvolvidos e emergentes para promover políticas de desenvolvimento econômico e social.





diploma de ensino superior, proporção inferior à metade da média internacional (49%), o que reforça o impacto da idade de ingresso e das desigualdades estruturais sobre a trajetória acadêmica no Brasil (OECD, 2025).

No entanto, estudos como o de Silva e Sampaio (2022), Nierotka *et al.* (2023) e Saccaro *et al.* (2019), destacaram o papel das políticas de assistência estudantil como fator atenuante da evasão quando analisada a variável idade. Da mesma forma, no caso do IFRS-Campus Bento Gonçalves o recebimento do auxílio estudantil exerceu influência positiva em todas as faixas etárias contempladas, principalmente entre os estudantes com maior idade de ingresso.

Os resultados evidenciaram diferenças estatisticamente significativas nos desfechos acadêmicos entre estudantes do sexo feminino e masculino ( $X^2(3) = 23,66$ ;  $p < 0,001$ ). De modo geral, estudantes do sexo feminino apresentaram desempenho acadêmico mais favorável, com taxas de conclusão superiores em 3,5 pontos percentuais e evasão inferiores em 7,2 pontos percentuais em relação aos estudantes do sexo masculino. Resultados semelhantes foram observados por Nierotka *et al.* (2023) e Paula *et al.* (2025), que também apontaram maior risco de abandono entre estudantes do sexo masculino, reforçando a influência da variável sexo como fator associado à permanência no ensino superior. Em perspectiva semelhante o relatório *Education at a Glance 2025*, mostrou diferenças no desempenho acadêmico entre os sexos no Brasil, 53% das mulheres concluem o bacharelado até três anos após o prazo teórico previsto, contra 43% dos homens, diferença de 9 pontos percentuais (OECD, 2025).

Entre os estudantes analisados do IFRS-Campus Bento Gonçalves, foi demonstrada a mesma tendência mesmo quando os estudantes foram beneficiados com auxílio estudantil, apesar das taxas de conclusão aumentaram de maneira semelhante entre homens e mulheres, a redução da evasão mostrou-se mais expressiva entre as mulheres, que apresentaram queda de 10,6 p.p., em contraste com a diminuição de 5,2 p.p. entre os homens. Esses resultados evidenciam que, embora o apoio financeiro favoreça a permanência de ambos os grupos, sua efetividade é mais expressiva na mitigação da evasão feminina.

A análise da variável cor/raça, evidenciou que os índices de conclusão dos estudantes brancos foram superiores aos dos estudantes pardos e pretos. Entre os estudantes que não receberam auxílio estudantil os estudantes pretos apresentaram maior dificuldade de permanência com evasão acima de 50%. O teste Qui-quadrado ( $X^2(6) = 22,32$ ;  $p = 0,001$ ) confirmou que os desfechos acadêmicos possuíam associação com a variável cor/raça.

Nesse contexto, o recebimento auxílio estudantil promoveu avanços em termos de equidade, já que, entre os beneficiários, os percentuais de conclusão ampliaram-se em 15,6 p.p. entre estudantes pretos, 11,3 p.p. entre brancos e 3,8 p.p. entre pardos, além de reduzir a evasão em 17,45 p.p., 10,8 p.p. e 9,2 p.p., respectivamente. Contudo, esses achados evidenciam que, embora a assistência estudantil contribua para fortalecer a permanência acadêmica, sua abrangência ainda não é suficiente para eliminar integralmente as disparidades estruturais que afetam estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

De maneira semelhante, Nierotka *et al.* (2023) identificaram maior risco de abandono entre estudantes pretos em comparação aos brancos, resultado corroborado por Paula e Picanço (2024), que verificaram chances 6% superiores de evasão entre estudantes autodeclarados pretos. Em consonância, Santos *et al.* (2024), em estudo desenvolvido no estado de Mato Grosso do Sul, identificaram que, em municípios com maior vulnerabilidade socioeconômica, a evasão entre estudantes pardos e pretos pode ser até 139% mais elevada em comparação aos brancos. Do mesmo modo, Castro (2023) confirmou a menor probabilidade de conclusão entre pretos e pardos,



reforçando que, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas de assistência, as desigualdades raciais permanecem como um desafio central no ensino superior brasileiro.

A análise da distância entre residência e campus mostrou que a maioria dos estudantes residia até 20 km (75,4%), caracterizando um perfil local de estudantes. Contudo, os melhores resultados de conclusão foram registrados entre aqueles que residiam entre 21 e 50 km (24,1%), sugerindo que deslocamentos diários moderados não foram impeditivos para o desenvolvimento de bons resultados acadêmicos. Em contrapartida, os estudantes residentes entre 51 e 200 km ou a mais de 200 km tiveram taxas de evasão acima de 45%. O teste de associação ( $X^2(9) = 41,56; p < 0,001$ ) confirmou que a variável distância influenciou os desfechos acadêmicos.

Na mesma linha de investigação, estudos recentes, como os de Lopes *et al.* (2023) e Santos (2025), indicam que a variável deslocamento é um fator importante na análise dos índices de evasão estudantil no ensino superior. Os autores ressaltam que longos deslocamentos estão associados ao abandono, não apenas pelos custos adicionais de transporte e alimentação, que ampliam as pressões econômicas sobre estudantes em situação de vulnerabilidade, mas também pelos desgastes físicos. O tempo de deslocamento compromete a rotina de estudos, limita a participação em atividades acadêmicas e dificulta a conciliação entre trabalho, vida pessoal e demandas do curso, de modo que a distância atua não apenas como obstáculo logístico, mas também como fator que aprofunda desigualdades socioeconômicas e eleva o risco de evasão (Santos, 2025).

Entre os estudantes analisados nesta pesquisa, o recebimento de auxílio estudantil esteve associado à redução dos percentuais de evasão em todas as faixas de distância consideradas, sendo as maiores reduções observadas à medida que a distância aumentava. O efeito mais expressivo ocorreu entre os alunos residentes mais distantes, evidenciando o papel do auxílio em ampliar oportunidades diante das barreiras logísticas.

## 4.1.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS

A análise das variáveis socioeconômicas revelou que a ampla concorrência (C1) constituiu a principal forma de ingresso no IFRS-Campus Bento Gonçalves, seguida pela C9 (egressos de escolas públicas) e pela C5 (egressos de escolas públicas com renda familiar *per capita*  $\leq 1,5$  salários mínimos). O perfil socioeconômico dos discentes caracterizou-se, em sua maioria, por famílias com renda familiar *per capita* de até 2,5 salários mínimos, sendo que aproximadamente um terço se encontrava na faixa de até 1,5 salários mínimos. O Quadro 2 apresenta o resumo dos dados descritivos.

Quadro 2- Síntese das Análises Descritivas das Variáveis Socioeconômicas e Influência do auxílio estudantil na evasão e conclusão em pontos percentuais (p.p.)

(continua)

Variável	Panorama Geral	Situação Sem Auxílio	Influência do Auxílio Conclusão (p.p.)	Influência do Auxílio Evasão (p.p.)
<b>Cota de Ingresso</b>	C1:78,14% C9 :9,89% C5:7,49%	<b>Conclusão:</b> C1:15,14% C3:30,77% C5:23,26% C7:12,07% C9:21,68% <b>Evasão:</b> C1:46,06%	C1:+12,08 C3:-15,39 C5:+1,15 C7:+17,93 C9:+9,35	C1:-12,37 C3:-13,47 C5:-12,24 C7:-8,28 C9:+4,71



		C3:53,85% C5:46,51% C7:48,28% C9:29,77%		
<b>Renda Familiar Per Capita</b>	68,66% dos estudantes têm RFP de até 2,5 SM.	<b>Conclusão:</b> 0<RFP≤0,5:2,63% 0,5<RFP≤1:12,64% 1,0<RFP≤1,5:15,29% 1,5<RFP≤2,5:18,14% 2,5<RFP≤3,5:12,89% RFP>3,5:19,95% <b>Evasão:</b> 0<RFP≤0,5:52,63% 0,5<RFP≤1:43,68%	0<RFP≤0,5:+12,59 0,5<RFP≤1:+7,36 1,0<RFP≤1,5:+10,36 1,5<RFP≤2,5:+10,04 2,5<RFP≤3,5:+15,68 RFP>3,5:+18,51	0<RFP≤0,5:-4,8 0,5<RFP≤1:-7,53 1,0<RFP≤1,5:-13,09 1,5<RFP≤2,5:-14,26 2,5<RFP≤3,5:+0,08 RFP>3,5:-6,97

(continuação)

		1,0<RFP≤1,5:48,25% 1,5<RFP≤2,5:42,44% 2,5<RFP≤3,5:39,21% RFP>3,5:45,43%		
--	--	--	--	--

Nota: Valores positivos indicam que o percentual foi maior entre os estudantes com auxílio e valores negativos indicam redução do percentual com o recebimento do auxílio.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise revelou padrões distintos de conclusão e evasão entre os grupos de cotas, indicando que a forma de ingresso influencia a trajetória acadêmica. O teste do Qui-quadrado confirmou essa relação, evidenciando associação estatisticamente significativa entre situação de matrícula e modalidade de cota ( $X^2(21) = 44,76$ ;  $p < 0,05$ ).

Tabela 1- Distribuição da situação de matrícula por cota de ingresso dos estudantes dos cursos superiores IFRS-BG (2014-2024)

Situação Matrícula	Cotas								Total
	C1	C3	C4	C5	C7	C8	C9	C10	
Ativo	27,83%	26,15%	16,67%	25,78%	22,06%	28,57%	34,32%	14,29%	28,12%
Concluído	16,82%	18,46%	0%	24,22%	14,71%	0%	22,49%	28,57%	17,88%
Evadido	44,34%	43,08%	66,67%	36,33%	47,06%	42,86%	30,18%	42,86%	42,41%
Trancado	11,01%	12,31%	16,67%	13,67%	16,18%	28,57%	13,02%	14,29%	11,59%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2025).

As cotas destinadas a PcDs (C4, C8 e C10) apresentaram baixa representatividade (<1%) e altas taxas de evasão, sem registros de conclusão nos grupos C4 e C8. Entre os estudantes PPI (C3 e C7), também se verificaram índices elevados de evasão, superiores a 40%. Nas categorias mais representativas (C1, C5 e C9), observaram-se taxas de conclusão inferiores a 25% e elevados percentuais de evasão.



Figura 1- Distribuição de auxílios estudantis por cota de ingresso



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A partir da Figura 1 observa-se que a cota C1 (acesso universal) e C5 (egressos de escolas públicas com renda familiar *per capita*  $\leq 1,5$  salários mínimos) registraram as maiores coberturas de auxílios estudantis. Devido ao número reduzido de estudantes nas cotas de ingresso C4, C8 e C10, essas categorias foram excluídas da análise de associação entre as variáveis situação da matrícula, cota de ingresso e recebimento de auxílio estudantil, a fim de preservar a representatividade estatística dos resultados.

O auxílio estudantil exerceu papel central na redução da evasão nas cotas destinadas a ações afirmativas de caráter social e racial (C3, C5, C7 e C9). Os maiores ganhos em conclusão ocorreram nas cotas C7 e C1. No entanto, a Cota C9 (escola pública) e a Cota C3 (PPI + escola pública + RFP  $\leq 1,5$  SM) apresentaram um comportamento singular: no grupo C9, a evasão entre os beneficiários (34,48%) foi ligeiramente superior à dos não beneficiários (29,77%); já na Cota C3, o percentual de concluintes caiu de 30,77% para 15,38% entre os estudantes com auxílio. Por outro lado, nessas mesmas cotas, o benefício contribuiu para reduzir os trancamentos e manter maior número de alunos com matrícula ativa.

De maneira geral, os resultados evidenciaram que estudantes ingressantes pelas cotas destinadas a PcDs, PPI e famílias de baixa renda enfrentaram maiores dificuldades em sua trajetória acadêmica, expressas em taxas mais elevadas de evasão e trancamento. Em consonância, estudos de Lopes *et al.* (2023) e Paula e Picanço (2024) demonstraram que, mesmo em instituições públicas, discentes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentam dificuldades de permanência. Esses achados reforçam que a condição de cotista, por si só, não assegura a permanência, tornando indispensável o suporte de políticas de assistência financeira e pedagógica.

Em síntese, o auxílio mostrou-se protetivo, sobretudo na redução da evasão, ainda que seus impactos variassem entre os diferentes grupos de cotas. Esses achados estão em consonância com os de Andriola e Araújo (2023), que identificaram diminuição da evasão entre cotistas após a implantação de políticas de assistência na Universidade Federal do Ceará. De forma semelhante, Felizardo *et al.* (2022) e Massini-Cagliari *et al.* (2021) ressaltam que, embora tenha havido avanços na ampliação e diversificação do corpo discente, os cotistas continuam mais vulneráveis ao abandono, o que reforça a centralidade da assistência estudantil como estratégia de enfrentamento das desigualdades no ensino superior.

A análise da renda familiar *per capita* evidenciou a heterogeneidade socioeconômica do corpo discente, revelando que 41,24% dos estudantes se encontravam em situação de baixa renda ( $\leq 1,5$  SM), 39,36% pertenciam à faixa intermediária (1,5-3,5 SM) e 12,55% estavam em condição economicamente mais favorecida ( $> 3,5$  SM). Essa distribuição mostra a forte presença de





estudantes oriundos de contextos menos favorecidos, o que reforça a relevância de políticas institucionais voltadas à inclusão e à permanência no ensino superior.

Nas menores faixas de renda, especialmente até 0,5 SM per capita, os desafios foram mais acentuados: apenas 9,52% concluíram o curso, enquanto 50% evadiram. À medida que a renda aumentou até 2,5 SM, verificou-se redução da evasão com destaque para a maior proporção de estudantes ativos na faixa de  $2,5 < \text{RFP} \leq 3,5$ . Já entre os de renda mais elevada ( $>3,5$  SM), observou-se o maior índice de conclusão (20,51%), mas também uma das taxas de evasão mais altas (45,22%), evidenciando que fatores além da renda influenciam a trajetória acadêmica. Esses resultados confirmam a correlação entre vulnerabilidade econômica e maior risco de evasão e insucesso acadêmico. Os dados são apresentados na Tabela 3

Tabela 3-Situação da Matrícula por Faixa de Renda Familiar *Per Capita* (%)

Situação Matrícula	0<RFP≤0,5	0,5<RFP≤1	1,0<RFP≤1,5	1,5<RFP≤2,5	2,5<RFP≤3,5	RFP>3,5
Ativo	28,57	27,96	27,33	27,85	34,07	25,41
Concluído	9,52	15,79	18,41	19,32	13,97	20,51
Evadido	50,00	40,46	44,27	40,77	39,22	45,22
Trancado	11,90	15,79	9,99	12,06	12,75	8,86
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaborado pela autora (2025)

No IFRS-Campus Bento Gonçalves, os resultados evidenciaram que a trajetória acadêmica foi influenciada por fatores socioeconômicos ( $X^2(15) = 31,88$ ;  $p < 0,05$ ). Verificou-se, contudo, que os estudantes beneficiados com auxílio estudantil apresentaram maiores chances de conclusão. O programa de assistência mostrou-se especialmente direcionado aos mais vulneráveis, sendo que 76,21% dos beneficiários possuíam renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo.

Os contemplados registraram desfechos acadêmicos mais favoráveis, com menor evasão (35,28%, frente a 44,31% entre não beneficiários) e maiores taxas de conclusão (24,57% contra 16,25%). Em quase todas as faixas de renda, o auxílio contribuiu para reduzir a evasão, com destaque para a faixa de  $1,5 < \text{RFP} \leq 2,5$  SM, onde a queda alcançou 14,26 pontos percentuais. Também se observou aumento consistente das taxas de conclusão, sobretudo entre estudantes com renda  $\leq 0,5$  SM, que tiveram crescimento de 12,59 pontos percentuais.

Na mesma direção, Silva e Sampaio (2022) identificaram a renda como fator diretamente relacionado ao abandono estudantil, ressaltando a importância das políticas de auxílio financeiro para a redução da evasão. De forma semelhante, Saccaro *et al.* (2019) evidenciaram, por meio de análise de sobrevivência, que estudantes beneficiados com auxílios apresentaram maior probabilidade de permanência, confirmando o caráter protetivo dessas políticas. Nesse mesmo sentido, Paula e Picanço (2024) demonstraram que estudantes com renda familiar de até um salário mínimo tinham 63% mais chances de evadir em comparação àqueles com renda familiar superior a cinco salários mínimos, além de verificarem que estudantes sem apoio social apresentaram 66% mais chances de abandono.

De forma complementar, no contexto internacional, Addison e Williams (2023) e Lin *et al.* (2020) mostraram que bolsas governamentais e auxílios não reembolsáveis desempenham papel decisivo na redução da evasão e no aumento das taxas de conclusão entre estudantes de baixa renda,



sobretudo entre aqueles sem moradia própria ou que são pioneiros em suas famílias no ingresso ao ensino superior. Assim, os resultados obtidos neste estudo não constituem um fenômeno isolado, mas integram um conjunto mais amplo de evidências nacionais e internacionais que reafirmam a centralidade das políticas de assistência estudantil como instrumento de democratização e promoção da equidade educacional.

#### 4.1.3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ACADÊMICAS

Os resultados das análises indicaram que as formas de ingresso mais representativas foram o processo seletivo institucional, responsável por 67,84% dos ingressantes e o ENEM<sup>9</sup>, com 13,55%.

A inferência realizada através do teste Qui-quadrado evidenciou que os desfechos acadêmicos apresentaram associação significativa com a forma de ingresso ( $X^2(3) = 35,33$ ;  $p < 0,001$ ), os percentuais de conclusão dos estudantes ingressantes através do processo seletivo foram superiores aos dos estudantes que ingressaram pelo ENEM, contudo em ambos os grupos a evasão foi elevada conforme dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4- Distribuição de situação de matrícula e forma de ingresso processo seletivo e ENEM dos estudantes dos cursos superiores IFRS-BG (2014-2024)

Situação de Matrícula	Forma de Ingresso			Total Percentua
	ENEM	Seletivo	Processo	
	Percentual	Percentual	Percentual	
Ativo	35,21%	25,54%	25,54%	27,15%
Concluído	11,15%	19,80%	19,80%	18,41%
Evadido	39,52%	44,61%	44,61%	43,76%
Trancado	13,82%	10,05%	10,05%	10,68%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise da relação entre modalidade de ingresso e recebimento de auxílio estudantil possibilitou identificar diferenças relevantes nos padrões de evasão e conclusão. Considerando a proporção de beneficiados pelo auxílio estudantil em cada grupo, verificou-se que entre os ingressantes via ENEM, 24,2% receberam apoio, enquanto no processo seletivo esse percentual foi de 20,5%. Apesar da menor cobertura, o efeito do auxílio mostrou-se mais expressivo entre os estudantes oriundos do processo seletivo, grupo em que se observou elevação significativa na taxa de conclusão. O Quadro 3 apresenta esses dados.

Quadro 3- Síntese das Análises Descritivas da Variável Forma de Ingresso e Influência do auxílio estudantil na evasão e conclusão em pontos percentuais (p.p.)

Variável	Situação Sem Auxílio	Influência do Auxílio Conclusão(p.p.)	Influência do Auxílio Evasão (p.p.)
----------	----------------------	--	--

<sup>9</sup> ENEM: exame nacional do ensino médio, avaliação criada em 1998 pelo Ministério da Educação com o objetivo de aferir o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica e utilizada como forma de ingresso ao ensino superior.



Forma de Ingresso	<b>Conclusão:</b> Processo Seletivo: 17,59% ENEM: 11,40%  <b>Evasão:</b> Processo Seletivo: 46,47% ENEM: 40,46%	Processo Seletivo: +10,77 ENEM: +0,21	Processo Seletivo: -9,08 ENEM: -3,85
-------------------	---	--	---

Nota: Valores positivos indicam que o percentual foi maior entre os estudantes com auxílio e valores negativos indicam redução do percentual com o recebimento do auxílio.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Os estudantes oriundos de escolas públicas representaram 81,97% do total analisado, enquanto os provenientes de escolas privadas corresponderam a 14,37%. Os resultados indicaram que os egressos de escolas públicas alcançaram taxas de conclusão superiores às observadas entre os egressos de escolas privadas. A evasão, por sua vez, configurou-se como o desfecho mais recorrente em ambos os grupos. Os dados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5- Distribuição de matrícula e escola de origem dos estudantes dos cursos superiores IFRS-BG (2014-2024)

Situação de Matrícula	Escola de Origem		Total
	Egressos de Escolas Privadas	Egressos de Escolas Públicas	
	Percentual	Percentual	Percentual
Ativo	28,51%	27,60%	27,73%
Concluído	16,50%	18,92%	18,56%
Evadido	45,01%	41,20%	41,77%
Trancado	9,98%	12,28%	11,94%
Total	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Apesar das diferenças percentuais apresentadas na Tabela 3, o teste inferencial do Qui-quadrado ( $X^2(3) = 4,76$ ;  $p = 0,19$ ) demonstrou que tais variações não foram estatisticamente significativas, uma vez que o valor de  $p$  superou o nível de significância estabelecido ( $p > 0,05$ ). Esse resultado indicou que o tipo de escola de origem, quando analisado isoladamente, não se configurou como fator determinante das trajetórias acadêmicas nesta investigação.

A variável escola de origem apresenta diferentes interpretações na literatura. Nierotka *et al.* (2023) identificaram que, na UFFS<sup>10</sup>, embora a maioria dos estudantes fosse oriunda da rede pública, a permanência esteve mais associada ao acesso a políticas de apoio social do que ao tipo de escola frequentada no ensino médio. Paula e Picanço (2024), analisando dados do censo da educação superior verificaram que os egressos da rede pública apresentam maiores probabilidades de evasão do sistema de ensino superior, ao passo que estudantes de escolas privadas, quando abandonam um curso, tendem a reingressar em outra graduação. Já Paula *et al.* (2025), ao analisarem a UFMG<sup>11</sup>, concluíram que a evasão não se mostrou fortemente associada às

<sup>10</sup> UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul

<sup>11</sup> UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais



características socioeconômicas ou à escola de origem, sendo explicada principalmente pelo grau acadêmico e pela seletividade dos cursos.

Na presente pesquisa, verificou-se que o recebimento de auxílio estudantil exerceu influência positiva sobre a permanência acadêmica em ambos os perfis de escola de origem, refletindo-se no aumento das taxas de conclusão e na redução da evasão. Esse resultado converge com Buenano *et al.* (2023), que evidencia o papel das políticas de assistência não apenas na diminuição da evasão imediata, mas também na criação de condições para a continuidade dos estudos, mesmo que nem sempre convertidas em maiores taxas de conclusão.

No contexto específico do IFRS-Campus Bento Gonçalves, a menor taxa de evasão entre egressos da rede pública pode estar relacionada ao fortalecimento da assistência estudantil. O Quadro 4 sintetiza os resultados.

Quadro 4- Síntese das Análises Descritivas das Variáveis Forma de Ingresso e Escola de Origem e Influência do auxílio estudantil na evasão e conclusão em pontos percentuais (p.p.)

Variável	Panorama Geral	Situação Sem Auxílio	Influência do Auxílio Conclusão(p.p.)	Influência do Auxílio Evasão (p.p.)
Escola de Origem	Escolas Públicas: 81,97% Escolas Privadas: 14,37%	<b>Conclusão:</b> Escola Pública: 16,95% Escola Privada: 15,14%  <b>Evasão:</b> Escola Pública: 43,34% Escola Privada: 45,88%	Escola Pública: +8,76 Escola Privada: +15,81	Escola Pública: -10,17 Escola Privada: -9,53

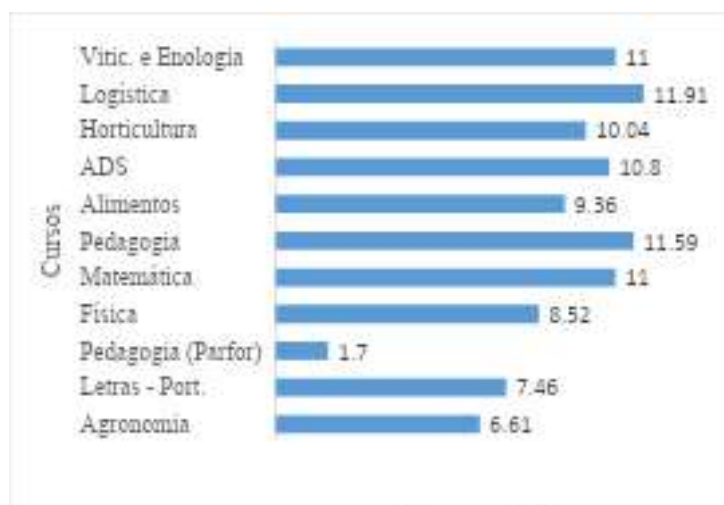
Nota: Valores positivos indicam que o percentual foi maior entre os estudantes com auxílio e valores negativos indicam redução do percentual com o recebimento do auxílio.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Os cursos mais representativos foram Tecnólogos em Logística, Viticultura e Enologia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) e Horticultura e Licenciaturas em Pedagogia e Matemática, juntos esses cursos reuniram 66,34% do conjunto discente analisado. A Figura 2 apresenta os percentuais.

Figura 2-Distribuição percentual de estudantes por curso de graduação-IFRS-BG (2014–2024)





Fonte: elaborado pela autora (2025).

Entre os cursos, a Licenciatura em Pedagogia e a Tecnologia em Viticultura e Enologia apresentaram melhores índices de permanência, enquanto a Licenciatura em Física e a Tecnologia em Alimentos registraram maior evasão e a Licenciatura em Letras destacou-se pelo número de trancamentos. A análise estatística da associação entre situação de matrícula e curso frequentado, realizada por meio do teste Qui-quadrado ( $X^2 = 271,29$ ;  $p < 0,001$ ), confirmou a existência de relação significativa entre o desfecho acadêmico e a escolha do curso. A Tabela 6 apresenta esses dados.

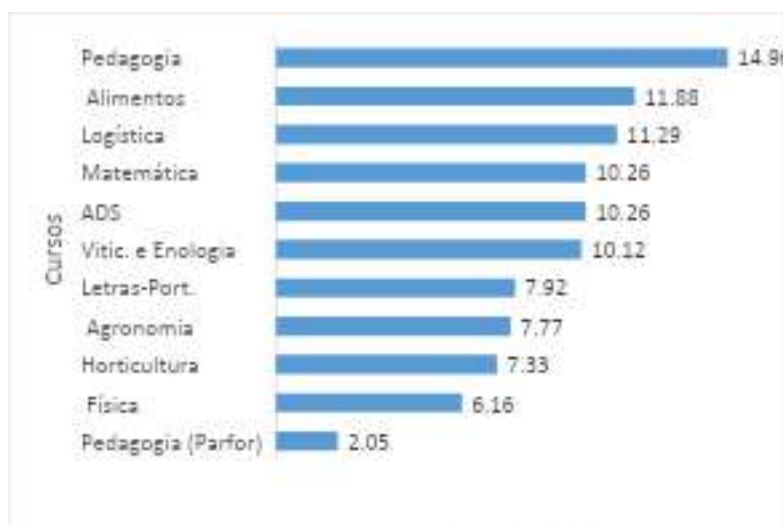
Tabela 6- Distribuição de situação de matrícula por curso dos estudantes dos cursos superiores IFRS-BG (2014-2024)

Situação Matrícula	Curso											Total
	Agronomia	Letras	Parfor	Física	Matemática	Pedagogia	Alimentos	ADS	Horticultura	Logística	Viti e Eno	
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Ativo	50,88%	32,94%	24,14%	23,71%	22,87%	31,57%	20,63%	23,04%	27,41%	23,34%	34,04%	28,12%
Concluído	12,83%	6,27%	20,69%	8,93%	19,95%	24,75%	19,69%	19,78%	12,54%	21,38%	23,67%	17,88%
Evadido	21,68%	38,82%	43,10%	56,01%	42,82%	28,54%	55,31%	47,97%	51,60%	43,73%	34,57%	42,41%
Trancado	14,60%	21,96%	12,07%	11,34%	14,36%	15,15%	4,38%	9,21%	8,45%	11,55%	7,71%	11,59%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Os cursos que concentraram o maior número de beneficiários do auxílio estudantil foram a Licenciatura em Pedagogia, a Tecnologia em Alimentos e a Tecnologia em Logística. Em seguida, com participação em torno de 10% cada, destacaram-se os cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Viticultura e Enologia. Já os cursos de Letras, Agronomia, Horticultura e Física apresentaram proporções menores, enquanto a Licenciatura em Pedagogia-Parfor registrou o menor contingente de beneficiários, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3- Proporção de estudantes beneficiados pelo auxílio estudantil segundo o curso



Fonte: elaborado pela autora (2025).

De modo geral, observou-se ainda que a proporção de concluintes foi superior entre os beneficiários do auxílio estudantil (25,66%) em comparação aos não beneficiários (15,94%). De modo semelhante, a evasão foi mais frequente entre os estudantes sem auxílio (44,31%), enquanto, entre os contemplados, esse percentual caiu para 34,75%.

A Tabela 7 apresenta os dados detalhados da influência do auxílio estudantil na conclusão e evasão dos cursos analisados.

Tabela 7- Distribuição da situação de matrícula e quantitativos de auxílio estudantil dos cursos superiores IFRS-BG (2014-2024)

Situação de Matrícula	Quantitativo de alunos com auxílio estudantil	Quantitativo de alunos sem auxílio estudantil
Ativo	29,03%	27,90%
Concluído	25,66%	15,94%
Evadido	34,75%	44,31%
Trancado	10,56%	11,85%
<b>Total geral</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

No conjunto dos resultados, constatou-se que o auxílio estudantil exerceu impacto positivo mais expressivo nos cursos de Tecnologia em Alimentos, Licenciatura em Pedagogia-PARFOR, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Horticultura, que apresentaram elevação substancial nas taxas de conclusão acompanhada de reduções significativas nos índices de evasão. Em cursos como Agronomia, Letras, Física, Pedagogia e Logística, os efeitos também foram favoráveis, embora em menor magnitude. Por outro lado, nas graduações em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Tecnologia em Viticultura e Enologia, os resultados revelaram comportamento distinto, com aumento da evasão ou ganhos pouco expressivos na conclusão, o que



sugere a influência de fatores adicionais, além do recebimento do auxílio estudantil, na permanência acadêmica desses contextos. A Tabela 8 apresenta esses dados.

Tabela 8-Influência do recebimento do auxílio estudantil na conclusão e evasão por curso em pontos percentuais (p.p.)

Tipo de Curso	Curso	Conclusão sem auxílio	Evasão sem auxílio	Influência do Auxílio Conclusão (p.p.)	Influência do Auxílio Evasão (p.p.)
<b>Bacharelado</b>	Agronomia	12,14%	23,70%	+2,95	-8,61
<b>Licenciatura</b>	Letras	5,97%	40,30%	+1,44	-6,97
	Pedagogia-Parfor	15,91%	52,27%	+19,80	-37,98
	Física	7,63%	57,03%	+9,04	-7,03
	Matemática	16,67%	45,75%	+17,62	-15,75
	Pedagogia	23,47%	30,61%	+4,96	-8,06
<b>Tecnólogo</b>	Alimentos	12,13%	60,25%	+29,85	-19,51
	ADS	20,70%	46,49%	-1,50	+7,80
	Horticultura	10,24%	53,58%	+15,76	-13,58
	Logística	20,30%	45,45%	+5,67	-9,09
	Vitivinicultura e Enologia	23,13%	34,20%	+2,96	+2,03

Nota: Valores positivos indicam que o percentual foi maior entre os estudantes com auxílio e valores negativos indicam redução do percentual com o recebimento do auxílio.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O tipo de curso revelou-se uma variável central para a compreensão dos padrões de permanência e evasão no ensino superior, na medida em que diferentes áreas apresentam graus distintos de vulnerabilidade. Nesse sentido, Nierotka *et al.* (2023) identificaram maior taxa de conclusão na Licenciatura em Pedagogia e índices elevados de evasão na Licenciatura em Física, além de destacarem melhores indicadores de retenção nos bacharelados em relação às licenciaturas. Esse padrão também foi observado no contexto do IFRS-Campus Bento Gonçalves, onde a Pedagogia concentrou os melhores resultados acadêmicos, enquanto a Física apresentou o cenário mais desfavorável. A literatura associa a evasão nas licenciaturas, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, a fatores como baixo prestígio social e perspectivas salariais reduzidas (Saccaro *et al.*, 2019), à dificuldade intrínseca das disciplinas de base (Lopes *et al.*, 2023; Buenano *et al.*, 2023) e à concorrência com os bacharelados, que oferecem maior valorização simbólica e retorno econômico (Paula *et al.*, 2025).

Contudo, ficou evidente na análise que o apoio financeiro contribuiu para ampliar as chances de permanência e conclusão dos estudantes em todas as áreas de cursos investigadas, tanto nas licenciaturas quanto nos cursos tecnológicos, configurando-se como um importante fator de proteção frente ao risco de evasão.

A análise inferencial por meio da ANOVA revelou diferença estatisticamente significativa ( $p < 0,001$ ) na frequência das aulas e a situação de matrícula, indicando que a assiduidade variou conforme o desfecho acadêmico. Os resultados mostraram que maiores percentuais de presença estão associados à conclusão ou manutenção da matrícula ativa, enquanto menores níveis de frequência se relacionam a maiores chances de evasão ou trancamento.

De modo geral, a média de frequência dos estudantes concluintes foi de 95,5%, enquanto entre os evadidos alcançou apenas 37,97%. O recebimento de auxílio estudantil demonstrou-se mais



efetivo na redução da evasão e do trancamento, exercendo, contudo, influência limitada sobre a frequência dos beneficiários que concluíram o curso. A Tabela 9 apresenta esses dados.

Tabela 9-Frequência média (%) dos estudantes segundo situação de matrícula e recebimento de auxílio estudantil (2014–2024)

Situação de Matrícula	Sem Auxílio N	Sem Auxílio Média (%)	Com Auxílio N	Com Auxílio Média (%)
Ativo	763	81,80	198	81,08
Concluído	436	95,46	175	95,60
Evadido	1212	36,73	237	44,31
Trancado	324	50,60	72	60,44

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O coeficiente de rendimento médio dos estudantes concluintes foi de 8,36, enquanto entre os evadidos atingiu apenas 3,17. O teste ANOVA ( $p < 0,001$ ) confirmou a associação estatisticamente significativa entre os desfechos acadêmicos e os diferentes níveis de rendimento, evidenciando que as médias mais elevadas se concentraram entre os discentes que permaneceram ativos ou concluíram o curso, ao passo que os menores valores estiveram associados à evasão e ao trancamento de matrícula.

As médias de coeficiente de rendimento, revelaram que, entre estudantes ativos e concluintes, o impacto do auxílio foi pouco expressivo, já que os rendimentos permaneceram elevados e semelhantes. Em contrapartida, entre evadidos e trancados, os beneficiários apresentaram coeficientes de rendimento superiores aos não beneficiários, evidenciando maior engajamento acadêmico nesses grupos. Os dados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10-Coeficiente de rendimento médio dos estudantes segundo situação de matrícula e recebimento de auxílio estudantil (2014–2024)

Situação de Matrícula	Sem Auxílio N	Sem Auxílio Média	Com Auxílio N	Com Auxílio Média
Ativo	763	7,17	198	6,99
Concluído	436	8,37	175	8,35
Evadido	1212	3,03	237	3,89
Trancado	324	4,33	72	5,78

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise evidenciou que os estudantes evadidos no IFRS-Campus Bento Gonçalves apresentaram padrões críticos de desempenho, com assiduidade inferior a 40% e coeficiente de rendimento médio em torno de 3,2, valores bem abaixo da média institucional. Em contraste, os concluintes e ativos registraram frequência acima de 80% e coeficientes entre 7 e 8, confirmando a forte associação entre assiduidade, desempenho acadêmico e sucesso educacional. Fior *et al.* (2022), identificou médias de notas significativamente mais baixas entre evadidos, mediadas por variáveis como autoeficácia, gênero e condições socioeconômicas. De forma semelhante, Buenano *et al.* (2023) demonstraram que cada ponto adicional no coeficiente de rendimento reduz o risco de





abandono em cerca de 2%, reforçando a importância de políticas institucionais voltadas ao suporte do desempenho discente.

Evidências internacionais também se alinham a esse padrão. Gonzalez-Nucamendi *et al.* (2023) verificaram que a média obtida ainda no primeiro semestre, sobretudo nas primeiras semanas, é o preditor mais relevante da evasão, destacando dificuldades de gestão do tempo, problemas financeiros e baixa identificação com o curso como fatores críticos. Da mesma forma, Von Hippel e Hofflinger (2020), em universidades chilenas, observaram que aumentos no rendimento médio reduzem expressivamente o risco de evasão, especialmente no início da trajetória acadêmica. Nesse cenário, autores como Addison e Williams (2023) ressaltam que o baixo desempenho impacta ainda mais os estudantes de baixa renda, cuja vulnerabilidade socioeconômica agrava os efeitos da performance insuficiente.

No contexto do IFRS-Campus Bento Gonçalves, verificou-se que o auxílio estudantil exerceu papel relevante ao elevar tanto a frequência quanto o coeficiente de rendimento dos beneficiários, reduzindo evasão e trancamentos. Os estudantes assistidos apresentaram frequência 7,58 pontos percentuais superior à dos não beneficiários no grupo de evadidos, evidenciando o efeito protetivo da assistência.

#### 4.1.4 REGRESSÃO LOGÍSTICA

Como forma de sintetizar o conjunto das análises em uma única abordagem, foi investigada a associação entre o recebimento de auxílio estudantil e o desfecho acadêmico dos discentes, a partir de um modelo de regressão logística binária, considerando como variável dependente a situação de sucesso acadêmico (alunos ativos e concluídos), codificada como (1) ou insucesso (alunos trancados e evadidos), codificado como (0). A variável explicativa de interesse foi o recebimento de auxílio estudantil codificada como recebeu (1) e não recebeu (0). O objetivo dessa modelagem foi avaliar se o acesso à assistência estudantil está estatisticamente relacionado a melhores resultados acadêmicos entre os estudantes do IFRS-Campus Bento Gonçalves.

A Tabela 11 apresenta o resumo da comparação entre o modelo nulo ( $M_0$ ), e o modelo ajustado ( $M_1$ ), que incorpora a variável auxílio estudantil como preditora da situação de sucesso. O teste do Qui-quadrado indicou diferença estatisticamente significativa ( $\Delta\chi^2 = 25,81$ ; gl = 1;  $p < 0,001$ ), demonstrando que o recebimento do auxílio estudantil contribuiu de forma relevante para explicar a situação de sucesso dos estudantes. Além disso, a redução observada nos valores de desvio, AIC e BIC no modelo  $M_1$  reforçou a adequação do ajuste.

Tabela 11-Resumo do modelo de regressão logística para situação de sucesso acadêmico

Modelo	Desvio	AIC	BIC	gl	$\Delta\chi^2$	p
$M_0$ (nulo)	4715,13	4717,13	4723,27	3416	—	—
$M_1$ (ajustado)	4689,32	4693,32	4705,60	3415	25,81	< 0,001

Nota: O Critério de Informação de Akaike (AIC) e o Critério de Informação Bayesiano (BIC) são medidas utilizadas para comparar modelos estatísticos, em que valores menores indicam melhor ajuste.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Na sequência, a Tabela 12 detalhou os coeficientes estimados para o modelo  $M_1$ . O coeficiente associado ao auxílio foi de 0,44, com erro-padrão de 0,09 e nível de significância estatística de  $p < 0,001$ . A razão de chances encontrada foi de 1,55, o que indicou que os estudantes



beneficiários apresentaram 55% mais chances de alcançar o sucesso acadêmico em comparação aos não contemplados.

Tabela 12-Regressão Logística Modelo com recebimento de auxílio

Modelo	Parâmetro	Estimativa	Erro Padrão	Razão de Probabilidade (OR)	z	Estatística de Wald	gl	p
M <sub>0</sub>	(Intercepto)	-0,16	0,03	0,85	-4,67	21,76	1	< 0,001
M <sub>1</sub>	(Intercepto)	-0,25	0,04	0,78	-6,43	41,31	1	< 0,001
	Auxílio	0,44	0,09	1,55	5,07	25,67	1	< 0,001

Nota: O valor de Z corresponde à estatística do teste Wald, obtida pela razão entre o coeficiente estimado e seu erro padrão. O teste de Wald avalia se o coeficiente é significativamente diferente de zero.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no IFRS-Campus Bento Gonçalves demonstrou que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) constitui um instrumento essencial para a promoção da permanência e do êxito acadêmico. Os resultados evidenciaram que o recebimento de auxílio estudantil esteve associado ao aumento das taxas de conclusão e à redução da evasão, configurando-se como um fator de proteção especialmente para estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e acadêmica. A constatação de que beneficiários apresentaram 55% mais chances de sucesso acadêmico reforça a relevância estratégica do programa como política pública voltada à democratização do ensino superior.

Os achados também revelaram que a evasão permanece como o desfecho mais recorrente, atingindo mais de 40% dos estudantes, sobretudo entre aqueles que ingressaram com mais de 26 anos, do gênero masculino, pretos e pardos, oriundos de famílias de baixa renda e residentes em localidades distantes do campus. Esses resultados, em consonância com a literatura, confirmam que as desigualdades sociodemográficas e econômicas impactam de forma significativa a trajetória discente.

Além disso, os resultados oferecem subsídios relevantes para gestores educacionais, ao demonstrar que o PNAES exerce influência direta e positiva na permanência acadêmica. As evidências apontam para a necessidade de ampliar o alcance do programa, com foco nos cursos e perfis mais vulneráveis, bem como integrar ações de acompanhamento pedagógico que incluam o monitoramento sistemático de indicadores como frequência e coeficiente de rendimento, os quais refletem o nível de engajamento e motivação discente em articulação com o apoio financeiro recebido.

Ao reduzir desigualdades e favorecer trajetórias de conclusão no ensino superior, o PNAES alinha-se diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que propõe assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Nesse sentido, a consolidação e a ampliação da assistência estudantil configuram-se como caminhos indispensáveis para o fortalecimento da equidade e da justiça social no ensino superior brasileiro.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o fato de a investigação ter sido realizada em apenas um campus do IFRS, o que restringe a generalização dos resultados para outros contextos da Rede Federal ou do ensino superior em geral. Cada instituição possui especificidades quanto à gestão, à oferta de cursos e ao perfil discente, que podem influenciar de maneira distinta os efeitos



do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sobre a permanência e o êxito acadêmico. Ademais, é preciso considerar a utilização de dados secundários provenientes de sistemas institucionais, os quais, embora tenham possibilitado a identificação de padrões estatísticos e associações relevantes, não contemplaram dimensões subjetivas da trajetória estudantil, como motivação pessoal, apoio familiar ou fatores psicológicos, que exercem influência direta sobre a permanência ou a evasão.

Diante dessas limitações, reforça-se a necessidade de ampliar o escopo de investigações futuras acerca do PNAES. Recomenda-se a realização de estudos em outros campi do IFRS e em diferentes Institutos Federais, possibilitando comparações regionais e institucionais que aprofundem a compreensão do fenômeno da evasão e da permanência em realidades diversas. Sugere-se, ainda, a adoção de metodologias mistas, que integrem abordagens quantitativas e qualitativas. Entrevistas, questionários e outros instrumentos qualitativos podem captar dimensões subjetivas da trajetória acadêmica, como expectativas, redes de apoio e percepções individuais, complementando as análises estatísticas e oferecendo uma visão mais abrangente e integrada do processo de permanência estudantil.

## REFERÊNCIAS

ADDISON, L.; WILLIAMS, D. Predicting student retention in higher education institutions (HEIs). **Higher Education, Skills and Work-Based Learning**, v. 13, n. 5, p. 865–885, 20 out. 2023.

Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/HESWBL-12-2022-0257/full/html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

AMBIEL, R. A. M.; CORTEZ, P. A.; SALVADOR, A. P. Predição da potencial evasão acadêmica entre estudantes trabalhadores e não trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 37, p. e37305, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZWQVbVqvs3rpyyynTmDvsfj/?lang=pt>.

Acesso em: 3 abr. 2024.

ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Impactos da Lei de Cotas em uma instituição Federal de Ensino Superior (IFES): estudo sobre a evasão discente. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 28, p. e023020, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/sdBWzGRPgzRbwVGgkgYTttx/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

ASKIM, J. Student Financing for Social Equity in Norway, 1947–2020. In: DE LA PORTE, C. *et al.* (ed.). **Successful Public Policy in the Nordic Countries**. Oxford: Oxford University Press, 2022. p 153-173. Disponível em:

<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/60762/9780192856296.pdf?sequence=1#page=168>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BARROSO, P. C. F. et al. Fatores de evasão no ensino superior: uma revisão de literatura.

**Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e228736, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/WYz4bXNTjBVTJy3jhX4mhDB/>. Acesso em: 12 mar. 2024.



BEAN, J. P. Dropouts and turnover: the synthesis and test of a causal model of student attrition.

**Research in Higher Education**, [S.l.], v. 12, p. 155-187, 1980. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/bf00976194>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BEHR, A.; *et al.* Dropping out of university: a literature review. **Review of Education**, [S.l.], v. 8,

n. 3, p. 443-479, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/rev3.3202>. Acesso em 4 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de

Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]a. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, [2025]b. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm). Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]c. Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: Ministério da

Educação, c2014. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-profissional/documento-orientador-evasao-rede-federal>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos -

PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera

a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, [2025]d. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao

estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República,

[2025]e. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm). Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 1, p. 2007, 1997.

Disponível em:

[https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.





BUENAÑO, E.; BELETANGA, M. J.; MANCHENO, M. What factors are relevant to understanding dropout? Analysis at a co-financed university in Ecuador and policy implications, using survival Cox models. **Journal of Latinos and Education**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 1400–1415, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15348431.2023.2271570>. Acesso em: 18 mar. 2024.

CABRERA, A. F.; NORA, A.; CASTANEDA, M. B. The role of finances in the persistence process: A structural model. **Research in Higher Education**, [S.l.], v. 33, p. 571–593, 1992. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00973759>. Acesso em: 16 maio 2024

CAGLIARI, G. M. *et al.* Impacto da política de reserva de vagas nas taxas de evasão na Unesp. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 26, n. 1, p. 197–216, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100011>. Acesso em: 16 maio 2024.

CASTRO, L. P. P. de. **Evasão universitária e desigualdade: uma análise do fenômeno na Universidade de São Paulo após a adoção de políticas de cotas**. 2023. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04122023-161502/pt-br.php>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CISLAGHI, R. Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão de Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91544/250753.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 set. 2023.

COIMBRA, C. L.; SILVA, L. B. E.; COSTA, N. C. D. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 47, p. e228764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2024.

FELIZARDO, L. F. *et al.* Estudo da evasão dos alunos de engenharia de produção em uma instituição de ensino federal utilizando análise Crosstabs. **Revista Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 13, n. 4, ed. esp., p. 2615–2632, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v13i4.1490>. Acesso em: 7 set. 2025

FIOR, C. A. *et al.* Impacto da autoeficácia e do rendimento acadêmico no abandono de estudantes do ensino superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, [S.l.], v. 26, p. e235218, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3mRkmWJ9SpfZj4RRsknwY9m/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

FLORES, J. T. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um estudo de caso para analisar a eficácia das ações através da taxa de desperdício de matrícula**. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia, modalidade profissional) –



Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FRANÇA, P. S. *et al.* A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **ESPAÇOS**, [S.l.], v. 41, n. 48, p. 218-235, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.48082/espacios-a20v41n48p16>. Acesso em: 3 ago. 2025.

GONZALEZ-NUCAMENDI, A. *et al.* Predictive analytics study to determine undergraduate students at risk of dropout. **Frontiers in Education**, [S.l.], v. 8, p. 1244686, 2 out. 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/education/articles/10.3389/feduc.2023.1244686/full>. Acesso em: 6 maio 2024.

GUZMÁN RINCÓN, A.; BARRAGÁN, S. Efectos de la deserción en la educación superior: estudio prospectivo desde un enfoque sistémico. **International Visual Culture Review**, [S.l.], v. 12, n. 5, p. 1–12, 21 nov. 2022. Disponível em:  
<https://visualcompublications.es/revVISUAL/article/view/3781>. Acesso em: 5 abr. 2024.

HERINGER, R. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 38, p. e78962, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tLX6nNnBfpqk4ZmZCcJMZmv/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

HOYT, J. E. Student connections: the critical role of student affairs and academic support services in retention efforts. **Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 480-491, nov. 2023. Disponível em:  
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1521025121991502>. Acesso em: 6 maio 2024.

HRK. Higher Education Compass. 2022. Disponível em:  
<https://www.hochschulkompass.de/en/study-in-germany.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). Resolução n.º 086, de 03 de dezembro de 2013. Bento Gonçalves: IFRS, 2013. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao\\_86\\_13.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_86_13.pdf). Acesso em: 08 set. 2023.

LIMA, W. A. S. *et al.* **Elementos avaliativos de políticas públicas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais brasileiros**. 2023. 261 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36798>. Acesso em: 5 abr. 2024

LIN, C.; BORDEN, V. MH; CHEN, JH. A study on effects of financial aid on student persistence in dual enrollment and advanced placement participation. **Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 378-401, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1177/1521025117753732>. Acesso em: 10 mar. 2024.



LOPES, R. *et al.* Fatores associados à evasão de calouros no ensino superior: um estudo com dados da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 28, p. e280042, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mXS7XQzDQ5S3H9TxCvNWLJj/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LUIZ, G. V. Métodos quantitativos na pesquisa em administração: uma abordagem prática com o software JASP. Rio Parnaíba, MG: Edição do autor, 2024.

MENEZES, A. S. *et al.* Programa Nacional de Assistência Estudantil e desempenho acadêmico: evidências empíricas, diferentes reflexões. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 91-113, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e92562>. Acesso: 3 ago. 2025.

MORDUCHOWICZ, A. El financiamiento educativo argentino. **Propuesta educativa**, [S.l.], Año 28, n. 52, p. 11-23, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1995-77852019000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1995-77852019000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 14 abr. 2024.

NIEROTKA, R. L.; BONAMINO, A. M. C. D.; CARRASQUEIRA, K. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wyCSCb88RyNtDnynHHxftfp/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2024.

OLIVEIRA, M. A. M. de; DEUS, L. A. de; CAMPOS, M. S. Avaliação do PNAES sobre a permanência de estudantes beneficiados em um campus universitário público federal. **Revista Eletrônica de Educação**, [S.l.], v. 18, n. 1, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.14244/reveduc.v18i1.6043>. Acesso em: 7 set. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a Glance 2025: **OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025\\_1a3543e2-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2025_1a3543e2-en.html). Acesso em: 20 set. 2025.

PAULA, G. B. de *et al.* Evasão discente na UFMG: análise da influência dos perfis socioeconômicos dos estudantes e das características dos cursos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 30, p. e025004, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-57652025v30id280618>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yk6jVpmgQqgdydf9Q5ZkzVJ>. Acesso em: 22 ago. 2025.

PAULA, G. B. de; PICANÇO, F. Desigualdades após o acesso: origem social e evasão do sistema de ensino superior. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 45, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NBSqmJMT3Bf9HNt6yw4DdGb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.



QI, S.; MA, Q.; JI, X. The influence of financial aid systems on student academic development in higher education in China. *Sustainability*, [S.l.], v. 14, n. 21, p. 14068, 28 out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su142114068>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Fatores associados à evasão no ensino superior brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e Computação e de Engenharia, Produção e Construção em instituições públicas e privadas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 337-373, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-41614925amp>. Acesso em: 2 mar. 2024.

SANTOS, Gilson Saturnino dos; KAHMANN, Alessandro; PERRY, Gabriela Trindade. Modelagem da evasão do ensino superior nos campi do IFMS por meio de dados educacionais socioeconômicos. *Contexto & educação*. Ijuí. Vol. 39, n. 121 (2024), e13732, 19 p., 2024. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/13732>. Acesso em 23 de set. 2025.

SANTOS, C. A. dos. **Motivos de evasão de estudantes beneficiados por auxílio financeiro em uma instituição federal de ensino**. 2025. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/37940>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SANTOS, P. K. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020. 238 p. Disponível em: [https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/05/kohls-permanencia-na-educacao-superior\\_-web.pdf](https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/05/kohls-permanencia-na-educacao-superior_-web.pdf). Acesso em: 3 agosto 2025.

SANTOS, V. R. dos. **A assistência estudantil como política pública no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35193>. Acesso em: 12 maio 2024.

SILVA, P. T. D. F. E.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, [S.l.], v. 56, n. 5, p. 603–631, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Acesso em: 2 maio 2024.

TINTO, V. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research*, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/00346543045001089>. Acesso em: 10 maio 2024.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica*, Uberlândia, v.





2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em:

<http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VÉLIZ PALOMINO, J. C.; ORTEGA, A. M. Dropout intentions in higher education: Systematic literature review. **Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 149–158, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1394964>. Acesso em: 10 maio 2024.

VON HIPPEL, Paul T.; HOFFLINGER, Alvaro. The data revolution comes to higher education: identifying students at risk of dropout in Chile. **Journal of Higher Education Policy and Management**, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 2-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1360080X.2020.1739800>. Acesso em: 7 set. 2025.